

“A política salarial leva ao desemprego”

Economia - Brasil

por Patrícia Sabóia
do Rio

“Conviver com a política monetária apertada e a atual política salarial decididamente não dá.” O resultado, além da inchação das taxas inflacionárias, é o desemprego — que pela primeira vez se configura como um problema “muito sério” no Brasil. Mas, de imediato, o governo só tem uma saída: tentar segurar a expansão monetária, moderar um pouco a inflação e manter o balanço de pagamentos em ordem — caso contrário, ou seja, “se o BC se descuidar, vai ter de dar um tranco muito mais violento daqui para a frente”. A advertência é do ex-ministro Mário Henrique Simonsen, que, em entrevista ontem a este jornal, no Rio, revelou não ver com cores róseas os resultados da economia neste novo ano.

“Benesses externas? O petróleo; castigo externo? Os juros”, diz ele, ao avaliar as perspectivas de 1981, “que não serão piores



Mário Henrique Simonsen

que no ano passado, mas semelhantes — o que se pode traduzir por “tão ruins quanto”. Afinal, o Brasil continuará, como o resto do mundo, segundo o ex-ministro do Planejamento e membro do “board” da Citicorp, a sofrer os efeitos da administração norte-americana: de um governo que ainda não conseguiu conter seus gastos, que tem colocado títulos no mercado em grandes quantidades e cuja inflação caiu, mas que ainda vai ficar por volta dos 15 a 18%. Em suma, segundo Simonsen, a administração Reagan pratica “uma política fiscal frouxa e apertada a política monetária”.

Simonsen não briga com os números e admite que a política salarial em vigor distribui, de certa forma, a renda. Os assalariados de menor poder aquisitivo estão ganhando mais que há dois anos, e os que ganham mais de vinte salários foram achatados. “Mas querer distribuir renda, via política salarial, é difícil: como conciliar isto com a manutenção dos níveis de emprego? E inevitável que a rotação de mão-de-obra cresça e, pior ainda, que se tenha de enfrentar, pela primeira vez, um desemprego como o de agora.”

“O momento não exige que se toque o seguro-desemprego, ministro?”, sugere a repórter. Ele se mostra cético: o sistema é de montagem muito cara,

Mas o arrocho da política monetária em fevereiro já deu alguns frutos, admite. “Os números ainda são altos, mas já se nota uma reversão.” Se o PIB vai subir? Depois da queda de 9 ou 10% de 1981, “subir 5% este ano é muito fácil”. Mas, para que os indicadores monetários comportem-se bem, “o melhor sistema é segurar os ativos das autoridades monetárias”. Mas são as taxas de juros “o castigo” imposto aos brasileiros ainda este ano. “O mais fácil de implantar, de imediato”, sugere o professor, “é alguma vantagem aos tomadores de empréstimos estrangeiros”. Outra idéia seria “ir acabando com o limite de expansão de crédito” — mas ele adverte que isto teria de ser feito “muito devagar”. Simonsen acende mais um cigarro, pensa um pouco e diz, sarcástico: “Mas o básico é a flexibilidade do sistema de preços e poucas despesas públicas. E convenhamos: aqui se faz exatamente o contrário”.

A desestatização, tema tão discutido, não entra nas preocupações do ex-ministro.

há uma série de controles que tem de ser acionada para evitar abusos. Talvez se pudesse modificar o sistema de saques do FGTS, que já é uma versão tupiniquim do seguro-desemprego — opina ele. Mas no fundo isto não passaria de uma panacéia: age bem o Japão, por exemplo, que não tem desemprego, mas, quando vê baixar sua taxa de ocupação, “baixa logo, também, os salários nominais. A política salarial de hoje e política monetária apertada? As duas coisas, não dá”, repete.